

2

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40 41

42

43

44

45

46

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

### ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, deu-se início a 3ª Reunião Extraordinária do ano de 2021 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçú e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada de forma não presencial, pela plataforma Teams, para discussão dos seguintes itens de pauta: Item I - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência: Item II - Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária do dia 08/07/2021: Item III - Deliberação sobre a aprovação de MOÇÃO DE REPÚDIO À DECISÃO DA INB (Indústrias Nucleares do Brasil) DE TRANSPORTAR REJEITOS RADIOATIVOS (TORTA II) DA UNIDADE SANTO AMARO PARA DEPOSITAR NA UTM CALDAS-MG; Item IV - Assuntos Gerais; e Item V - Encerramento. Membros presentes: Na reunião estiveram presentes 32 (trinta e dois) membros, representando 31 (trinta e um) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária Adjunta Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes Conselheiros: Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER), Wladimir Ferreira Fadini (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José Paese (Polícia Civil de Minas Gerais), Tamires Freitas de Camargo (Polícia Civil de Minas Gerais), Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas - IEF), Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de Saúde - SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; Priscila Magne Bueno (Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas), Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), lanka de Oliveira (Prefeitura Municipal de Caldas), Joelmar Lucas Andrade (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Egonn Hendrigo Carvalho Silva (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S.A.), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e Cerâmica Andradense S.A. - ICASA), Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas -ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; Antônio Carlos Sales (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande - ARPA Rio Grande), Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia



48 49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74 75

76

77 78

79

80

81

82

83

84

85

8687

88

89

90

91

92

# Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Pocos de Caldas). Cláudio Antônio de Andrade Lima (Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA MG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP) e Sebastião Marcos Vilela (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho), representantes da SOCIEDADE CIVIL. Também estiveram presentes os seguintes convidados: Daniel Tygel (Vereador do Município de Caldas/MG), Luiz Cláudio Luchini (Procurador Jurídico do município de Caldas/MG), Alexandre Oliveira Pereira (Responsável Técnico da CNEN / LAPOC Poços de Caldas/MG), Thiago Figueiredo Santana (Gerente do IGAM), Katiane Brito (Responsável pela Gerência de Monitoramento e Qualidade do IGAM), Paulo Roberto Pinheiro (Engenheiro Ambiental -Caldas/MG - Ex-coordenador da Comissão de Acompanhamento da INB), Aparecido Hojah (Presidente da ASSEMAE) e Francisco Lopes (Procurador Jurídico da ASSEMAE); Item I - A reunião foi aberta pelo Presidente Rogério, o qual agradeceu a presença de todos e desejou uma boa reunião. Na sequência, ele solicitou a execução do Hino Nacional. Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de ausências. Em seguida, passou-se para o Item II - Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária do dia 08/07/2021; Sem manifestações contrárias e com algumas contribuições dos conselheiros Ângela e José Edilberto, a referida ata foi aprovada: passou-se portanto para o Item III - Deliberação sobre a aprovação de MOÇÃO DE REPÚDIO À DECISÃO DA INB (Indústrias Nucleares do Brasil) DE TRANSPORTAR REJEITOS RADIOATIVOS (TORTA II) DA UNIDADE SANTO AMARO PARA DEPOSITAR NA UTM CALDAS-MG; o Presidente Rogério passou a palavra para a conselheira Ângela que solicitou a correção do texto inicial da Moção de Repúdio: onde lia-se unidade de Santo Amaro, lê-se "Unidade de Interlagos". Em seguida, foi feita a leitura da moção e o convidado Paulo Pinheiro disse que o evento foi em 25/09/2018 e não em 2019 como está na moção. O convidado vereador Daniel, da cidade de Caldas, agradeceu o convite e parabenizou o Comitê pela iniciativa de fazer esta reunião extraordinária e a rapidez com que a mesma foi feita. Com relação à moção, fez algumas observações e importantes contribuições e sugestões de alterações que foram feitas posteriormente. Em seguida, ele comunicou que o requerimento da Dep. Beatriz Serqueira foi aprovado na ALMG e confirmou a audiência pública na ALMG na terça-feira, dia 21/09 às 14:30hs explicitamente sobre esta questão do risco de transporte e depósito de rejeitos radioativos para a unidade de Caldas para a qual já foram convidadas as Prefeituras da nossa região e o CBH GD6. O presidente Rogério agradeceu e passou a palavra para a conselheira Ângela que fez as suas considerações sobre a questão do transporte e provável depósito em Caldas, mencionada pelo vereador Daniel e disse que as colocações dele foram muito pertinentes. Com relação ao descomissionamento, ela disse que já está em andamento na unidade de Interlagos e que provavelmente Itu não irá receber este material, pois há uma comissão de descomissionamento também naquela região. Ressaltou que o Comitê está atento à tudo isto e que ao final, sairá um documento muito bom que será enviado a todos os órgãos competentes descritos no mesmo. O presidente Rogério passou a palavra para o convidado Alexandre da CNEN para que ele esclarecesse sobre a questão do licenciamento ambiental desta unidade da INB em Caldas.



94 95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107108

109

110 111

112

113

114

115

116

117

118

119

120121

122

123124

125

126

127

128129

130

131

132133

134

135

136

137

138

# Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

Alexandre disse que na época da implantação desta, nem existia o IBAMA mas por outro lado o IBAMA faz acompanhamento do site e inclusive ele já participou de inspeções deste órgão no local para que eles conhecessem o ponto de vista da CNEN. Em seguida, a palavra foi dada ao procurador jurídico do município de Caldas, Luís Claudio, que disse que eles foram surpreendidos por este ofício do Ministério Público do estado de São Paulo, há aproximadamente 4 meses atrás, falando sobre esta intenção da INB em trazer este material para o município de Caldas, devido ao descomissionamento da unidade de Interlagos que o MPSP acompanha desde 2002. Disse que foi solicitado uma reunião com o presidente da INB o mais rápido possível devido à preocupação com esta intenção, já que o mesmo afirmou que a unidade de Caldas é a mais propícia para receber este material, pela mesma estar localizada em uma área mais afastada da zona urbana. Disse que estão tentando uma reunião também com o governador de Minas, com o presidente da FEAM, com o procurador do MPSP e o procurador do MPMG em Pouso Alegre, pois não faz sentido a unidade da INB em Caldas, que também já está em descomissionamento, receber este material radioativo. Reforçou que os prefeitos de Santa Rita de Caldas, Ibitiúra de Minas, Ouro Fino, Divisa Nova, Andradas estão alinhados com o prefeito de Caldas, apoiando esta causa. O conselheiro Antônio Carlos tomou a palavra e disse que já esteve fiscalizando esta unidade de Caldas e detalhou todos os materiais radioativos que estão armazenados ali e na barragem, apontando os riscos iminentes para a região e para a população, manifestando a sua indignação e repúdio quanto a receber este material. O convidado Paulo Pinheiro lembrou que desde 2016 vem sendo questionado à INB e a CNEN sobre esta questão e que a torta II não foi vendida para a China porque o estado de SP não queria que passasse nas rodovias deles e eles não conseguiram os devidos licenciamentos e sugeriu que o Comitê peça à INB que todos os relatórios deles venham com ART – anotação de responsabilidade técnica, pois caso aconteça as eventualidades pode-se ir atrás do CREA MG e questionou também se o IGAM foi fazer a visita na INB como foi sugerido pela Promotoria de Pouso Alegre e se a UNIFAL, a PUC e o DMAE não poderiam se unir e fazer um monitoramento paralelo à INB. E lembrou que pelo próprio relatório da INB teve um vazamento em 01/03/2018 e 25/09/2018 e perguntou se até agora não foi feito mais nenhuma análise ou teste sobre isto. O conselheiro José Edilberto propôs que nesta reunião se escute todos os convidados e em seguida num segundo momento da reunião se delibere sobre a moção de repúdio com as contribuições enviadas por todos para se aprimorar a moção. O presidente Rogério disse que é bem pertinente esta proposta e sugeriu à Plenária criar um grupo de trabalho especificamente sobre este tema porém a maioria não concordou, dada a urgência do encaminhamento da moção aos órgãos e foi sugerido aprovar a moção ad referendum. O direito de resposta foi dado ao convidado Alexandre da CNEN que informou que não existe nenhum processo aberto hoje dentro da CNEN a respeito deste assunto, ou seja, não foi feita nenhuma solicitação por parte da INB referente à movimentação de material para a unidade de Caldas. E propôs que o Comitê se organize e convide as duas organizações, INB e CNEN para fazer suas apresentações e trazerem informações mais precisas sobre o que tem no site, pois ele percebeu que algumas delas não estão corretas. Por exemplo, disse que a barragem de rejeitos não tem nada a ver com o material que está armazenado nos galpões e que a Torta II e o mesotório são materiais completamente diferentes, tendo este segundo



140141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153154

155

156 157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169170

171

172

173

174175

176

177

178179

180

181

182

183

184

# Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

um tempo de vida bem menor que a torta II, por isto ele foi enterrado separadamente. E que o ponto 76 não tem absolutamente nada a ver com a situação de barragem de rejeitos. Explicou também sobre a análise dos materiais e sobre o licenciamento nuclear, dizendo que este existe desde que o empreendimento foi instalado. Deixou claro que existe todo um planejamento que a INB deverá adotar caso isto se concretize, detalhando todo o processo e procedimentos para este trâmite da documentação e transporte. O presidente Rogério agradeceu mais uma vez a participação dele porém reforçou que apesar de não haver o total conhecimento sobre os elementos radioativos por parte dos conselheiros, deve-se observar a intenção deste Comitê que é se posicionar contra a vinda deste material para Caldas. A próxima inscrita foi a convidada Katiane do IGAM que disse que o IGAM enquanto órgão gestor tem uma grande preocupação com o tema também, ele fez uma interlocução com o empreendedor, foi montada uma proposta de monitoramento, de frequência, para melhorar a malha amostral, junto com o empreendedor, deixando claro qual era a limitação de atuação do IGAM porque realmente era um assunto de competência da CNEN e do IBAMA. Ademais até o laboratório que o IGAM contrata hoje não faz a análise de elementos radioativos, pois são laboratórios específicos que tem que ter uma expertise. Quanto à visita citada, ela disse que o IGAM não recebeu nenhum convite, nenhuma moção neste sentido, deixou claro que até haveria o interesse desta visita para se conhecer toda a estrutura, mas como isto ocorreu no final de 2019 e início de 2020, veio a pandemia e com os técnicos todos em home office, não haveria a possibilidade de ir a campo. E sugeriu chamar a SEMAD e a FEAM para as próximas discussões sobre o tema, dada a expertise e o acompanhamento deles. O presidente Rogério agradeceu e disse que os convites serão feitos. Logo depois ele citou a manifestação do conselheiro Joelmar pelo YouTube que deixou o seu voto favorável à moção de repúdio deste Comitê. A conselheira Laene tomou a palavra e esclareceu que a ideia do grupo de trabalho proposto pelo Presidente seria para trazer o Alexandre da CNEN oficialmente para o Comitê, por ele ser um grande conhecedor do tema, o que facilitaria no propósito de gerar documentos futuros sobre o tema com as informações reais e atualizadas para fazer outras moções e encaminhamentos corretos. Mas que isto em nada prejudicaria o trâmite desta moção, pois seriam trabalhos posteriores e complementares à mesma. Além de poder trazer mais pessoas envolvidas como o procurador e o vereador de Caldas, para contribuir também. A conselheira Ângela disse que uma moção não demanda um grupo de trabalho, dada a urgência da mesma, mas concordou em criar o grupo para trabalhos futuros sobre o tema e lembrou que todo grupo de trabalho deve ter um objetivo e um período determinado. Lembrou que a CNEN está em um momento de transição, pois abriu mão de todas as suas ações da INB para o Governo Federal e que a INB está dentro do Ministério de Minas e Energia e sugeriu que o Alexandre esclareça esta questão para todos. Ele se dispôs a responder mas o presidente Rogério disse que era melhor fazer em um outro momento, para não fugir do tema proposto. A conselheira Maria Teresa e concordou com a agilidade que esta moção reguer e disse que todos devem ficar cientes que trazer este material para Caldas é uma intenção real da INB pois ela ouviu esta afirmação de uma funcionária da INB de Resende na presença da imprensa e que este assunto é extremamente importante pois afeta diretamente as águas. O presidente Rogério concedeu a palavra para o procurador Luiz Claudio que concordou com as



186 187

188

189

190

191

192

193

194

195

196 197

198

199 200

201

202203

204

205

206

207

208

209

210

211

212213

214

215216

217

218

219

# Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo

palavras do Alexandre pois disse que a INB confirmou que esta possibilidade de trazer estes rejeitos para Caldas ainda está em fase de estudos e que a despeito disto, a administração municipal de Caldas já tem uma reunião em andamento com a presidência da CNEN independentemente deste assunto vir à tona ou não, pois serão levadas ao presidente outras questões do passivo ambiental. E que solicitaram à INB que o município seja informado de todos os atos com antecedência e com relação ao inquérito civil de SP, ele informou que teve acesso de forma eletrônica aos documentos a partir de 2018, mas os documentos mais antigos estão disponíveis apenas de forma presencial no Ministério Público de SP onde ele pretende ir para tirar cópia de tudo. Reforçou que o procurador de SP deu acesso à toda a documentação e que todos da esfera jurídica tomarão as providências necessárias. Após todas as considerações e contribuições dos conselheiros e dos convidados, a Moção de Repúdio foi aprovada e será encaminhada à todos os órgãos descritos na mesma, após as correções apontadas. O conselheiro José Edilberto questionou ao IGAM se a Defesa Civil do Estado está preparada para atender esta emergência, sendo que não é possível desvincular a barragem da disposição dos rejeitos finais, como vêm tentando fazer. Os convidados Katiane e Thiago Santana responderam que isto teria que ser consultado junto à Defesa Civil, ao Corpo de Bombeiros, pois isto não é da competência do IGAM. Passou-se então para o item IV - Assuntos Gerais; o conselheiro Antônio Carlos solicitou que sejam revistos na próxima reunião, os pareceres do CERH sobre os 2 processos de outorga que foram indeferidos pelo Comitê e o CERH aprovou os mesmos, rever inclusive com a CTOC para que seja esclarecido à todos. As conselheiras Maria Teresa e Ângela endossaram esta solicitação e o convidado Thiago esclareceu que o Comitê não observou os requisitos que lhe cabem na deliberação de um processo de outorga de grande porte conforme estabelecido na deliberação normativa nº 31, por isto o CERH deliberou favoravelmente. Contudo, ele lembrou que a outorga não é o único ato autorizativo que uma intervenção necessita para ser implementada e que caberá ao município de Poços de Caldas anuir ou não, baseado nas suas legislações, a instalação da intervenção. Outro assunto que o presidente Rogério abordou foi em relação ao conselheiro Juvenal ter deixado o cargo de secretário do Comitê e convidou a secretária adjunta Rafaela a assumir temporariamente o cargo e a mesma aceitou. Em seguida, o presidente Rogério agradeceu a participação de todos e a produtividade da reunião. Nada mais havendo a tratar, a 3ª Reunião Extraordinária do ano de 2021 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 12h10min.

Rogério Araújo Dias

Presidente CBH – GD6